

MAFALDA MIRANDA BARBOSA

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

ENTRE A UTOPIA E A DISTOPIA, ALGUNS
PROBLEMAS JURÍDICOS

 GESTLEGAL

ÍNDICE

Nota prévia	5
-------------------	---

I.

A PERSONALIDADE JURÍDICA ELETRÓNICA

1. Formulação do problema.....	7
2. Em defesa da personalidade jurídica eletrónica	9
2.1. Fator filosófico: o homem como o indivíduo eminentemente racional. Do individualismo cartesiano ao transumanismo	9
2.2. Fator científico-filosófico: a autonomia empobrecida e o alegado determinismo neuronal.....	15
2.3. Fator dogmático-jurídico: a conceptualização formalista	21
3. A rejeição da personalidade jurídica eletrónica.....	26
3.1. A conceção de homem: o sentido da personalidade e o fundamento da juridicidade	27
3.2. O sentido da liberdade/autonomia.....	36
3.3. A recusa da miscigenação entre o homem e a máquina	39
3.4. A personalidade jurídica	43

II.

O APRIMORAMENTO DO SER HUMANO: O *BIOHACKING* E A RESPOSTA DO DIREITO

1. O problema.....	53
2. <i>Biohacking</i> : noção, intencionalidade e potencialidades	54
3. <i>Biohacking</i> : riscos e responsabilidades.....	58
4. Um direito ao <i>biohacking</i> ?	61
5. O direito como alternativa humana: a resposta em face do <i>biohacking</i>	67

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

•

III. RESPONSABILIDADE CIVIL PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

1. As insuficiências dos modelos tradicionais de responsabilidade civil	75
2. As soluções	91
2.1. Responsabilidade dos entes dotados de inteligência artificial	91
2.1.1. Os fundos de compensação de danos causados por entes dotados de inteligência artificial	91
2.1.2. Entes artificialmente inteligentes como agentes morais?	93
2.2. As hipóteses especiais de responsabilidade pelo risco	97
3. A(s) resposta(s) europeia(s)	109
3.1. Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de fevereiro de 2017, que contém recomendações à Comissão sobre disposições de Direito Civil sobre Robótica (2015/2103(INL)).....	109
3.2. Livro Branco sobre a inteligência artificial	119
3.3. A Resolução do Parlamento Europeu 2020/2014 (INL).....	122

IV. PROTEÇÃO DE DADOS

1. A relação entre os dados pessoais e a inteligência artificial.....	131
---	-----

V. DESINFORMAÇÃO

1. A relação entre a desinformação e a inteligência artificial	153
2. Liberdade de expressão	155
3. A relevância jurídica da verdade	173
4. <i>Fake news</i> e controlo noticioso	179
4.1. Carta dos Direitos Humanos na Era Digital	183
4.2. A inteligência artificial	187

VI. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ARBITRAGEM

1. Formulação do problema.....	191
--------------------------------	-----

•

ÍNDICE

•	
2. A inteligência artificial no seio da arbitragem	195
3. Um <i>software</i> juiz-árbitro?.....	198
3.1. Objeções no plano dogmático-normativo	199
3.2. Objeções no plano metodológico.....	203
3.2.1. O papel do árbitro	203
3.2.2. A inteligência artificial e a racionalidade da máquina.....	208
3.2.3. A decisão judicativa como o resultado da atividade jurisdicional e arbitral. O sentido do direito e o papel especificamente normativo do problema da sua realização	212
3.2.4. A inabilidade do algoritmo para atuar humanamente	217
Índice.....	221



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt